



**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA
CÂMARA COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL
DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
7 de julho de 2010**

1 No sétimo dia do mês de julho de dois mil e dez reuniu-se a Câmara Comunitária de
2 Integração Regional do Conselho da Cidade, em caráter ordinário, na Fundação Softville, à
3 Rua Otto Boehm, nº 48, das dezoito às vinte horas, no Centro de Joinville, Santa Catarina,
4 para sua sétima reunião, atendendo à convocação do coordenador Dieter Neermann e do
5 Presidente do Conselho da Cidade, arquiteto Luiz Alberto de Souza, para tratar da seguinte
6 pauta: a) Leitura do edital de convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
7 c) Diálogo com a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, Amunesc, e
8 com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, SDR, sobre uma articulação entre os
9 municípios para a efetivação de ações relacionadas à integração regional (conforme
10 Capítulo V do Plano Diretor); d) Validação das deliberações da reunião realizada em 17 de
11 maio de 2010 (sem *quorum*); e) Assuntos gerais. O coordenador Dieter Neermann leu o
12 edital de convocação e, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião realizada no dia
13 cinco de maio de dois mil e dez, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes.
14 Em seguida o coordenador apresentou e agradeceu a presença do Sr. Norberto Sganzerla,
15 Gerente de Obras Especiais do Estado – SDR e das representantes da Amunesc Ane Lisie
16 D. A. Debastiani, Engenheira Civil, e Tábata Yumi Fujioka, Arquiteta e Urbanista. Disse que
17 a intenção é subsidiar e melhorar no nosso entendimento sobre as ações do plano diretor da
18 nossa região, principalmente com as cidades vizinhas, sentir o que está ocorrendo na nossa
19 região e de que forma nós poderemos e deveremos promover ações dentro da Câmara, e
20 depois dentro do Conselho da Cidade, para que esses assuntos sejam tratados de forma
21 igualitária com todas as áreas envolvidas. Os tópicos abordados foram a conurbação entre
22 Joinville e Araquari - já não existe um divisor geográfico, as duas cidades se
23 interrelacionaram; a preocupação com o desenvolvimento de Garuva em relação a Joinville;
24 a questão da água e do abastecimento de água da região; e o nível de avanço de
25 Guaramirim em direção a Joinville. O conselheiro Adriano Stimamiglio, sobre a questão da
26 conurbação e do sistema de abastecimento de água Joinville/Araquari, comentou que
27 Joinville já exporta água para Araquari. Disse que o recurso hídrico (bacias hidrográficas) e o
28 serviço de abastecimento são dois assuntos distintos e precisam ser abordados de maneira
29 específica. O conselheiro Jordi Castán Bañeras destacou a importância de saber a melhor
30 forma de trabalhar regionalmente, e que esta Câmara precisa aprender isso. Disse que é
31 necessário identificar os pontos de convergência e conflitos entre Joinville e os municípios
32 vizinhos para que seja possível promover estratégias de integração e resolvê-los, e que
33 deve ser feita uma avaliação das propostas do Plano Diretor de Joinville e seu impacto sobre
34 os municípios vizinhos, tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. O conselheiro
35 Luiz Antônio Luz Constante lembrou também sobre a questão do transporte e da
36 mobilidade, que pelo dinamismo de Joinville e cidades vizinhas demanda uma integração
37 regional. Gilberto Lessa comentou que está sendo elaborado em Joinville um plano de
38 destinação final de resíduos sólidos da construção civil, que também envolverá a questão
39 regional. Comentou ainda que em Joinville a Lei de Uso e Parcelamento do Solo exige
40 completa infraestrutura para instalação de novos loteamentos, e que por isso os
41 empreendedores tem optado investir no Município de Araquari, sem a infraestrutura
42 adequada, e que seria importante haver uma cooperação técnica entre as duas cidades. O
43 conselheiro Jordi falou que, como Joinville fornece água para Araquari, talvez devesse



PREFEITURA DE JOINVILLE

**Fundação Instituto de Pesquisa e
Planejamento para o Desenvolvimento
Sustentável de Joinville**



GT5 – Câmara Comunitária de Integração Regional do Conselho da Cidade

44 pensar em transportar seus resíduos sólidos para outra cidade. O conselheiro Rodrigo
45 Thomazi falou sobre a questão do turismo, que os últimos eventos aconteceram
46 simultaneamente em Joinville e os hotéis não deram conta da demanda, tendo muitos se
47 hospedado nas cidades vizinhas. Comentou sobre a conversa para reativação do trem
48 turístico cultural, sobre a Baía da Babitonga, a infraestrutura e o potencial turístico. Em
49 seguida o coordenador Dieter Neermann passou a palavra para as representantes da
50 Amunesc. A arquiteta e urbanista Tábata explicou que hoje a Amunesc está mais voltada
51 para projetos, e que a parte externa tem ficado sem alimentação, prontificando-se a fazer um
52 levantamento junto aos municípios para saber quais são as potencialidades, como está a
53 questão da infraestrutura e tratamento de água, bem como sobre as demais questões
54 expostas, para depois repassar a esta Câmara. O conselheiro Jordi disse que podemos
55 construir uma proposta e trabalhar juntos para resolver os conflitos que forem identificados.
56 Em sua opinião, devemos agir primeiro no que estiver conflitando quanto aos planos
57 diretores das cidades. O coordenador Dieter salientou que devemos agir nos itens mais
58 graves para evitar que aconteça novamente o que aconteceu entre Joinville e Araquari, onde
59 há dois loteamentos encostados: de um lado exige-se infraestrutura, asfalto, iluminação e
60 esgoto, e no outro não. O conselheiro João Batista Souza solicitou que seja marcada uma
61 reunião para que a Amunesc apresente os dados que levantar. No uso da palavra, o
62 representante da SDR, Norberto Sganzerla, disse que Guaramirim está vinculada à SDR
63 Jaraguá do Sul, e que as reuniões entre as Secretarias Regionais não estão mais
64 acontecendo. Disse que no passado houve mais integração entre algumas áreas, como
65 infraestrutura, educação e saúde, entre as Secretarias Regionais de Joinville, Jaraguá do
66 Sul e Mafra. Disse haver uma interação maior na área da saúde, em que há muita
67 colaboração. A Secretaria de Saúde do Estado e a SDR fizeram a intervenção no hospital de
68 Araquari, e o Município de São Francisco do Sul apresentou uma proposta para criar um
69 hospital na cidade. Quanto à educação já existe uma tradição, pois a descentralização da
70 educação é anterior à SDR. Sganzerla disse ainda que os demais assuntos abordados estão
71 sendo discutidos nos Comites Temáticos, como o da Infraestrutura, por exemplo, onde se
72 debate todas essas questões e reivindicações dos Municípios ao Estado, e disse que eles
73 são bem rigorosos. Comentou que só vai para o Conselho o que for factível, e que esse não
74 é um órgão orçamentário financeiro, pois sua função é deliberativa. Explicou que o Estado
75 não tem necessariamente obrigação de efetivar o que for aprovado pelo Conselho. Com
76 relação aos planos diretores das cidades, Sganzerla comentou que há uma interferência
77 muito grande das Câmaras de Vereadores Municipais sobre esses planos. Comentou ter
78 acompanhado a aprovação do Plano diretor de Itapoa, Araquari e São Francisco do Sul, e
79 que as prefeituras estão dando um bom acompanhamento técnico na revisão e elaboração
80 dos planos, mas que quando estes vão para as Câmaras de Vereadores as propostas se
81 alteram completamente. Comentou que em São Francisco do Sul o plano foi bem elaborado,
82 mas ficou tanto tempo para ser aprovado que o que foi aprovado é apenas uma caricatura
83 do plano original. Ressaltou que quanto a isso o Estado não pode intervir, pois os
84 Municípios tem autonomia institucional, mas que através dos órgãos ambientais, como a
85 Fatma, há um acompanhamento das audiências públicas para que esses planos tenham um
86 embasamento ambiental mínimo, que vem sendo fundamentado pelo Plano de
87 Gerenciamento Costeiro, em elaboração ainda mas que é hoje o único instrumento que rege
88 o zoneamento ambiental desses planos diretores. Disse que o único Município da região que
89 preparou o seu plano diretor em nível de Zoneamento Ecológico e Econômico foi Itapoá,
90 fundamentado no Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro Local, que deu um
91 embasamento bem interessante e profundo. Os outros Municípios seguem o Atlas ambiental
92 e o Plano de Gerenciamento Costeiro, mas não chegam a detalhar em nível de Zoneamento
93 Ecológico e Econômico. Comentou que no Município de Barra do Sul aconteceu quase que



PREFEITURA DE JOINVILLE

Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville



GT5 – Câmara Comunitária de Integração Regional do Conselho da Cidade

94 de forma obrigatória, pois houve um embargo dos loteamentos e o Ministério Público obrigou
95 o Município a readequar o plano diretor, sendo permitida somente a urbanização das áreas
96 que ficaram de fora das APPs. Sganzerla disse que hoje não existe esse relacionamento
97 entre Uso e Ocupação do Solo, Gerenciamento Costeiro e Atlas Ambiental, e isso tem
98 gerado conflito e intervenção dos empreendimentos junto à Fatma e ao Ministério Público,
99 que com o modelo de conduta obriga os municípios a criarem esse zoneamento ecológico e
100 econômico. Disse que esse tipo de ação tem sido frequente, e por isso os municípios
101 passaram a se preocupar em elaborar seu plano diretor de forma correta. Disse que Barra
102 Velha tem um plano bem antigo, e que Barra do Sul foi obrigada a elaborar outro plano por
103 conta dos embargos, mas não conseguiu ainda fazer um plano diretor adequado. Garuva
104 tem uma política urbana bastante voltada à captação de indústrias, mas com uma definição
105 de uso do solo bastante consolidada. Disse que São João do Itaperiú talvez seja o mais
106 carente de todos esses municípios. Comentou ainda sobre o forte diálogo que há sobre o
107 desenvolvimento da cultura, dos esportes e do lazer. A maioria dos projetos nessas áreas
108 são aprovadas pelo Governo do Estado, nos Comitês e no Conselho, tiveram um grande
109 aperfeiçoamento nos últimos anos, e hoje temos ações culturais. Comentou perceber que os
110 prefeitos têm um forte desejo de se integrarem a Joinville para um melhor aproveitamento de
111 todos os eventos turísticos, culturais e de lazer em nível regional, e que os municípios
112 também querem ter um pouco do turismo e dos eventos de negócios de Joinville, e por conta
113 disso pensam em construir seus centros de eventos. O Comitê de Lazer, Esporte e Turismo
114 definiu o conceito básico de centro de eventos, e baseado nesse conceito os municípios
115 passaram a desenvolver seus projetos com o objetivo de se tornarem destinos desses
116 eventos de Joinville. Sganzerla comentou que a maior carência da nossa região é o
117 saneamento básico. A estrutura do esgoto sanitário dos municípios é muito precário, e o
118 único município que tem tratamento de resíduos sólidos é Joinville, e que os outros
119 municípios transportam seus resíduos para Brusque ou Mafra. Barra Velha e Piçarras
120 pensaram em criar um aterro sanitário em consórcio, mais não evoluiu. Itapoá e Garuva
121 transportam seus resíduos para Mafra, e os outros municípios para Brusque. Norberto disse
122 que seria muito importante que Joinville levasse a sua experiência em saneamento para os
123 municípios da região, e que se houver um colapso no sistema de transporte para fora talvez
124 seja necessário que Joinville receba esses resíduos regionais, e talvez um aterro central
125 resolvesse essa questão. Para Sganzerla esse tema de tratamento de resíduos deveria ser
126 discutido em nível regional, buscando uma solução integrada, e poderia até viabilizar uma
127 alternativa para Joinville que não fosse necessariamente dentro do Município. Comentou
128 ainda sobre a questão de conurbação de Joinville com Garuva pela expansão do Distrito
129 Industrial ao longo da BR101. O conselheiro Jordi comentou que o município vai investir dez
130 milhões de reais para prolongar por dez anos a vida útil do aterro sanitário de Joinville, e
131 disse ser importante essa visão regional, que por ser o maior município da região vai pagar
132 um preço mais caro. O conselheiro Luiz Constante comentou que antes de Barra Velha
133 pensar em fazer o Consórcio já havia iniciativa dos municípios da Amunesc de fazer um
134 consórcio na região, e que na serra há um consórcio que trata de água, esgoto e lixo, e eles
135 têm uma boa experiência. Disse que Rio Negrinho, São Bento e Campo Alegre possuem um
136 aterro sanitário cada um, mas administram em conjunto os recursos e a distribuição física, e
137 estudam as formas mais baratas de operação. Disse que Araquari já teve um grande
138 investimento nesta questão, construiu uma usina de separação e compostagem. Enquanto
139 funcionava, eles passaram a enviar um caminhão de resíduos, por semana, para Brusque, e
140 anteriormente transportavam oito caminhões por dia. Quando assumiu a nova
141 administração, a usina foi simplesmente fechada, acabando com um investimento de um
142 milhão e meio de reais. Outra questão é que em Joinville, pela exigência de uma
143 infraestrutura completa para os loteamentos, o valor cobrado por um lote urbanizado



144 impossibilita a compra por uma grande parcela da população, e como em Araquari os lotes
145 são mais acessíveis, apesar de não possuir infraestrutura adequada, a população consegue
146 comprar seu terreno e contruir sua casa. Isso gera a necessidade de transporte para
147 Joinville, onde trabalha a maior parte dessa população. Outro problema que estamos
148 demorando para discutir é a questão das quatro mil e quinhentas casas na zona rural, que
149 não são propriedades de produção rural, mas de pessoas que trabalham na zona urbana.
150 Estamos fingindo que não vemos, e isso ocorre porque as pessoas não tem condições
151 financeiras de adquirir um lote urbanizado. Nós temos que repensar este modelo, caso
152 contrário isso ocorrerá sistematicamente. Norberto falou que empresas também tem deixado
153 de vir para Joinville por conta dos altos preços dos terrenos. Em resposta à pergunta do
154 conselheiro João Batista Souza, sobre mananciais, Norberto Sganzerla disse que Joinville
155 não explora mananciais fora da cidade. Disse que São Francisco do Sul tem captação
156 própria, feita pela Samae, e também tem uma adutora da Casan. Disse que Barra Velha
157 criou sua própria companhia de água, mas sem condições para isso. O conselheiro Luiz
158 Constante lembrou que por conta da Legislação todo município tem que ter uma agência
159 reguladora, o que teoricamente é muito bom, mas às vezes inviável na prática, e sugeriu que
160 uma proposta que poderiam estudar é de que a Agência Reguladora de Joinville passasse a
161 ser regional, e que isso seria um passo importante para o saneamento na região como um
162 todo. O conselheiro Jordi solicitou que seja dada prioridade na abordagem da questão do
163 aterro de Joinville, que tem vida útil prevista para apenas mais dez anos. Jordi falou também
164 sobre a questão dos lotes em Joinville, que no modelo anterior não era necessário
165 infraestrutura no loteamento e depois o Município tinha que fazer tudo, socializando a
166 despesa com todos os joinvilenses. Disse que voltar a esse modelo é muito pernicioso, pois
167 quando socializamos o prejuízo é a população que vai continuar pagando por esse passivo
168 de urbanismo. Para Jordi, pode ser que o valor do terreno esteja muito alto, mas se o
169 financiamento fosse feito pela Caixa Econômica Federal de forma a possibilitar a compra do
170 lote nas mesmas condições do Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, o problema
171 estaria resolvido. Gilberto Lessa falou que o lote popular, com o mínimo de infraestrutura
172 necessária, não pode sair do controle da Prefeitura, e que Joinville perdeu muito por ter
173 seguido esse modelo sem infraestrutura. Viviani Bittencourt Marques comentou que a
174 cidade de Garuva já tem as mesmas exigências de Joinville com relação aos loteamentos, e
175 não adianta as pessoas adquirirem lotes sem água, luz, saneamento e arruamento e depois
176 pedir na prefeitura. Disse que agora a Secretaria de Habitação está começando a trabalhar
177 com apartamentos, porque até então o joinvilense não tinha perfil ou interesse em morar em
178 prédios. Disse ainda que, quando surgiu o MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, teve
179 que vir uma construtora de fora, pois as locais não aceitaram o pacote da Caixa Econômica
180 Federal, demonstrando interesse, agora, somente pelo segmento com renda familiar entre
181 cinco e dez salários mínimos. Disse que os imóveis para famílias com renda de um a três
182 salários não podem ter mais de quarenta metros quadrados, o que demonstra que “o pobre
183 tem que permanecer pobre, não pode ter melhor qualidade de vida”. Comentou que em
184 alguns bairros onde estava previsto o MCMV a população local não aceitou, por achar que
185 iria virar favela. “Não querem pobres morando perto”. Viviani comentou também sobre um
186 artigo que leu sobre apartamentos móveis feitos em contêineres. Gilberto Lessa disse que é
187 preocupante a questão da ocupação da área rural, e o coordenador Dieter disse que, apesar
188 de não ser esse assunto foco específico desta Câmara, poderiam levantar essa questão
189 também. O coordenador sugeriu ainda que a Amunesc selecione os temas onde há mais
190 urgência e encaminhe a esta Câmara. Falou sobre o problema dos resíduos da construção
191 civil e alertou que o Ministério Público vai agir, pois existe uma resolução Federal bastante
192 clara. Disse que no contrato do Programa Minha Casa Minha Vida está claro que as
193 empresas que estão executando têm que estar de acordo com esta resolução e com o plano



194 de gerenciamento de resíduos. Disse que existem certas atividades que, independente de
195 quem estiver no poder, tem que existir, como hospital e coleta de lixo, e acredita que essa
196 Câmara pode trabalhar no sentido de conversar com os diversos agentes da região para
197 formar uma proposta de um grande aterro na região. Viviani comentou que a questão do lixo
198 foi discutida na Câmara Comunitária de Promoção Social, principalmente por causa do lixo
199 tóxico que Joinville estava aceitando, e a Fundema e a Vigilância Sanitária foram convidadas
200 para falar sobre o assunto. O conselheiro Jordi disse que Joinville tem um aterro específico
201 para lixo hospitalar, e que estamos saturando o aterro de lixo doméstico com materiais que
202 não deveriam estar lá. Norberto informou que Barra Velha receberá uma empresa de
203 reciclagem de pneus, e que isso vai ajudar a resolver a questão dos pneus depositados a
204 céu aberto em todo o Estado. Essa empresa é habilitada pela Indústria Nacional de Pneus, e
205 vai se instalar em Barra Velha para cumprir as compensações ambientais das indústrias de
206 pneus do Sul do Brasil (para cada pneu produzido as indústrias precisam comprovar a
207 destruição do pneu usado), e o material resultante da reciclagem é utilizado na produção de
208 pneus de baixa responsabilidade, utilizados em carrinhos de mão e betoneiras, por exemplo.
209 Os pneus não poderão mais ser depositados a céu aberto, e isso se aplica também às
210 empresas recicladoras, que deverão armazená-los em local coberto. Norberto disse que
211 Santa Catarina precisa de uma empresa assim, e terá que viabilizar sua construção no
212 Estado, pois os pneus não poderão mais ser transportados de um Estado para o outro. Nada
213 mais havendo a tratar, o coordenador Dieter Neermann agradeceu a presença dos
214 participantes, e às vinte horas deu por encerrada a reunião. Eu, Patrícia Rathunde Santos,
215 Secretária Executiva do Conselho da Cidade, redigi esta ata com base nas anotações da
216 relatora Dulcinéia Maria da Silva. A ata vai assinada pelo coordenador, por mim e pelos
217 conselheiros presentes. Joinville, sete de julho de dois mil e dez.

Dieter Neermann
Coordenador da Câmara Comunitária
de Integração Regional do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.